



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Há dias, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) denunciou certas ilegalidades no novo modelo do serviço de autocarros públicos, confessou mesmo tratar-se do caso mais grave de violação da lei e de lesão do interesse público. Como acontece desde sempre, os relatórios de investigação e as respectivas recomendações do CCAC produzem sempre grande efeito no seio da sociedade, uma vez que são sempre bem e legalmente fundamentadas. Todavia, esses efeitos não se fazem sentir nos serviços públicos, que entendem que esses relatórios são documentos normais, que as recomendações também não passam de meras opiniões e, depois de alguns estudos, análises e discussões, o assunto morre por aí.

O tempo parece ser o meio mais eficaz para os dirigentes incompetentes esquecerem os problemas, que vão ficando por resolver. Ora, devido à tese de "não acompanhar, não tratar, não divulgar", os residentes têm cada vez pior imagem de certos dirigentes, o que resulta em perda de confiança e, também, em prejuízo para o prestígio do Governo. A discussão sobre a limitação das funções de croupier e de supervisor aos trabalhadores locais já é um destes casos, pois embora o Governo tenha afirmado que não vai mudar a sua política, as manifestações na rua para exigir o início do processo legislativo para proteger os trabalhadores locais do sector continuam a verificar-se.

"Apanhar autocarro" e "ver televisão" são actividades que fazem parte da nossa vida quotidiana. Desde a entrada em funcionamento do novo modelo de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

serviço de autocarros que se têm suscitado imensas questões, em relação às quais a sociedade tem dado especial atenção. Face às acusações do CCAC, as autoridades devem começar, logo à partida, por rever a sua actuação, ou seja, devem tratar, esclarecer e acompanhar as ilegalidades em causa.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto à acusação do CCAC, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) referiu que já tinha finalizado a análise preliminar do caso e concluído que cada um interpreta a lei de forma diferente. E como a operadora em causa já instaurou uma acção no tribunal para exigir o pagamento das viagens que foram efectivamente efectuadas, a DSAT entende que este não é o momento oportuno para fazer comentários sobre o assunto. Ora, como cada um tem a sua forma de interpretar a lei, então, porque é que a DSAT não alega nada em sua defesa? Estão aqui em causa duas questões diferentes: uma é a acção judicial para exigir o pagamento das viagens efectivamente efectuadas e outra é o "Relatório de investigação e análise sobre uma queixa relacionada com a Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros" do CCAC. Então, porque é que o facto de a referida acção estar a decorrer pode inibir o debate deste relatório por parte da DSAT? O CCAC publicou este relatório enquanto decorria a acção, então, no entendimento da DSAT isto não é adequado? Segundo o Discurso do Procurador da RAEM, Dr. Ho Chio Meng, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2012/2013, "apareceram fenómenos pouco normais nos recentes anos. Houve instituições que, por não quererem assumir as responsabilidades na



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sequência dos seus actos violadores da lei que geraram conflitos e disputas, transferiram, simplesmente, os problemas e conflitos para os órgãos judiciais, para o chamado "tratamento conforme a lei". "O caso foi encaminhado para os órgãos judiciais e agora não é o momento oportuno para comentar" é sempre a última frase de conclusão nas reportagens noticiosas sobre acontecimentos e problemas sociais. No entanto, o Ministério Público, enquanto órgão judicial, necessita de seguir os trâmites legais nas situações previstas pela lei, para poder fazer uma intervenção em determinados processos, senão, não seria possível "o tratamento de acordo com a lei". O encaminhamento dos casos para o Ministério Público não implica que este órgão judicial possa substituir as instituições competentes na resolução a nível civil e administrativo dos problemas que deveriam ser da própria responsabilidade destas.". Agora, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, a Secretaria para a Administração e Justiça e a Secretaria para os Transportes e Obras Públicas também referem que não é o momento oportuno para tecer comentários uma vez que a acção se encontra a decorrer. Será isto um dos exemplos citados pelo procurador naquela sessão solene?

2. O Chefe do Executivo encarregou o Secretário Lau Si Io de acompanhar o assunto, e este exigiu entretanto à DSAT que procedesse a uma análise do relatório do CCAC, portanto, uma situação de "auto-investigação" que não traz nenhuma mudança em relação às práticas anteriores. No entanto, segundo o relatório do CCAC, a DSAT agiu mal logo à partida, ou seja, os trâmites de todo o processo não foram devidamente seguidos, o que reflecte a incompetência do pessoal de direcção e dos assessores jurídicos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

daquela entidade. Para além da análise, de que outras medidas dispõe o Secretário Lau Si lo para acompanhamento do assunto? Vai ser criada uma comissão específica para a respectiva investigação, constituída pelo Secretário e pessoal dos serviços jurídicos?

3. Segundo o relatório de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, há quatro elementos para avaliar a “competência demonstrada na execução das orientações superiormente fixadas e na realização dos objectivos pré-estabelecidos”- cooperação com a entidade tutelar, grau de cumprimento das acções previstas nas Linhas de Acção Governativa relativas ao respectivo serviço/entidade/organismo, grau de execução das orientações superiormente fixadas e grau de execução do organismo do serviço/entidade/organismo. Qual vai ser a classificação que o Secretário Lau Si lo vai dar à DSAT? Excelente? Boa? Suficiente? Deve melhorar? Essa classificação vai ter consequências práticas para o pessoal de direcção?

18 de Novembro de 2013

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Chan Meng Kam